

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 20 de outubro de 2025 às 07h46*  
*Seleção de Notícias*

O Dia Online | BR-RJ

Propriedade Intelectual

"O Brasil perdeu R\$ 471 bilhões com a ilegalidade em 2024" .....	3
ÚLTIMAS NOTÍCIAS   SIDNEY REZENDE	

Folha do Estado Online | BR-BA

19 de outubro de 2025 | Marco regulatório | INPI

Como patentear as suas inovações? .....	5
REDAÇÃO	

Jornal do Commercio Online | BR-PE

19 de outubro de 2025 | Pirataria | Biopirataria

Priscila Lapa e Sandro Prado: 'Bioeconomia, política e poder: o que está em jogo para o Brasil na COP30' .....	7
ARTIGO	

# "O Brasil perdeu R\$ 471 bilhões com a ilegalidade em 2024"

## ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Rodolpho Ramazzini, diretor da Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF) - Divulgação

O advogado Rodolpho Ramazzini dirige o maior escritório da América do Sul especializado no combate à fraude e falsificação, contrabando, concorrência desleal e espionagem industrial. Ex-membro da Comissão de **Propriedade** Intelectual da OAB-SP, é o diretor da Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF), ministrando treinamentos a agentes públicos no Brasil e no exterior. Assessora autoridades para retirar do mercado produtos que prejudicam os cofres públicos e a saúde do consumidor.

**SIDNEY:** Nas últimas semanas, a divulgação de mortes pela falsificação de bebidas alcoólicas chocou o país. Mas a ABCF tem uma lista enorme de produtos falsificados que são apreendidos diariamente. Quais são os setores mais prejudicados pelo mercado ilegal?

**RODOLPHO RAMAZZINI:** Pela ordem, é o segmento de bebidas, com perdas estimadas em R\$ 88 bilhões no último ano, seguido pelo setor de confecções, combustíveis, materiais esportivos e perfumaria.

Entre os produtos falsificados, vários causam prejuízos à saúde e podem levar à morte. Quais são eles?

Com exceção das confecções, todos os outros produtos falsificados prejudicam a saúde e a segurança do consumidor. Entretanto, a adulteração de bebidas, além da fabricação de cigarros ilegais, medicamentos, instrumentos cirúrgicos e hospitalares, dentre outros, são os produtos ilegais mais nocivos e perigosos para o consumidor final. É importante lembrar que todos os produtos falsificados são produzidos fora de padrões de qualidade e fabricados

com matéria-prima de baixíssima qualidade, não trazendo quaisquer garantias de segurança e podendo causar sérios prejuízos à saúde, inclusive, em alguns casos, podendo atentar contra a vida humana.

Qual é o valor dos prejuízos relacionados à falsificação e ao contrabando?

De acordo com o Anuário da Falsificação da ABCF, no último ano o Brasil perdeu cerca de R\$ 471 bilhões com contrabando e falsificação de produtos industrializados, perdas essas tanto arrecadação tributária, como perda de faturamento das indústrias legalmente estabelecidas, que são vítimas dessa concorrência desleal advinda do mercado ilegal e do crime organizado. Em relação ao ano anterior, houve um aumento de 27%, o que mostra que por mais que tenhamos incrementado as ações de repressão junto às autoridades bem como o trabalho de inteligência realizado pela Associação, ainda temos um longo caminho a percorrer.

Como o Rio de Janeiro está no ranking das falsificações? Quais os produtos mais falsificados no estado?

O Rio de Janeiro, por ser um dos grandes mercados consumidores do país, é um dos estados mais atingidos pelo mercado ilegal e pela falsificação de produtos, representando 7% de todo o prejuízo nacional. É o quarto estado mais impactado com perdas estimadas em mais de R\$ 32 bilhões por ano. As falsificações de bebidas e cigarros lideram, seguidas por confecções e artigos esportivos.

Por que há um aumento exponencial de falsificações?

As causas desse aumento são o descontrole e a porosidade das fronteiras, além da alta carga tributária sobre o setor produtivo nacional, impulsionando o

Continuação: "O Brasil perdeu R\$ 471 bilhões com a ilegalidade em 2024"

apelo dos produtos ilegais, que são infinitamente mais baratos por não pagarem impostos. Outro problema é a falta de mecanismos de rastreabilidade que possibilitem por parte do consumidor identificar de maneira mais fácil e assertiva os produtos legais, diferenciando dos falsificados. Isso tudo aliado a um momento de perda de poder aquisitivo por parte da população das classes C, D e E, e também pelo aumento e disseminação da venda de produtos ilegais pelas plataformas de e-commerce. Outro fator é a entrada do crime organizado em alguns setores econômicos, como cigarros, combustíveis e bebidas, que nos trazem ao cenário atual.

Quais os principais problemas causados pelas falsificações?

Além das perdas em arrecadação tributária e do faturamento das indústrias que, em consequência, deixam de gerar emprego e riqueza para o país, o

principal problema do mercado ilegal é a entrada cada vez maior do crime organizado nesse setor econômico para maximizar os lucros já obtidos em outras atividades criminosas, como tráfico de drogas e de armas. Isso traz insegurança e violência aos nossos grandes centros urbanos, bem como atenta contra a população brasileira, que muitas vezes compra produtos baratos sem ter a real noção dos perigos que está expondo sua família em relação à saúde e à segurança. A ABCF vem trabalhando diuturnamente para mitigar o mercado ilegal, em conjunto com as autoridades, mas reitera que somente com adição de tecnologia aos trabalhos que já vêm sendo realizados, ou seja, trazendo mecanismos públicos de controle de produção e dando estabilidade aos setores mais afetados é que avançaremos no enfrentamento do crime organizado e de mercadorias falsificadas que fez o Brasil perder quase meio trilhão de reais no último ano.

## Como patentear as suas inovações?



Uma patente é um documento oficial emitido pelo **Instituto** Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**).

Você já teve uma ideia que resolve um problema do dia a dia e pensou em como seria incrível proteger essa invenção e ser a única pessoa a poder comercializá-la? Para fazer isso, você precisa solicitar uma patente.

O que é uma patente?

Uma patente é um documento oficial emitido pelo **Instituto** Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**). Ela reconhece o direito de propriedade e garante o uso exclusivo de uma invenção por até 20 anos, dependendo da modalidade. Tanto pessoas físicas quanto jurídicas podem solicitar uma patente. A pessoa que a solicitar terá o direito de exclusividade sobre a invenção de um produto, o processo de fabricação dele, ou até mesmo um aprimoramento de algo que já existe. Ter uma patente é uma ferramenta importante para incentivar a inovação e garantir exclusividade no mercado.

Como patentear sua inovação

O processo para obter uma patente geralmente é demorado, mas pode ser acelerado por meio de exames prioritários oferecidos pelo **INPI**. No entanto, é necessário o auxílio de especialistas para identificar essa oportunidade e para realizar o processo, que exige

conhecimento técnico e especializado.

Para dar início ao processo de patente, siga estes três passos principais:

Entenda o processo: O primeiro passo é ter certeza de que sua ideia pode ser patenteada. Saiba o que não pode ser patenteado: Algumas coisas não podem ser patenteadas, como invenções que vão contra a moral, os bons costumes, a segurança, a ordem e a saúde pública. Ideias abstratas, descobertas científicas e atividades intelectuais que não podem ser aplicadas na indústria também não são patenteáveis. Para esses casos, existe o Direito Autoral. Além disso, a patente não pode incluir materiais ligados à transformação do núcleo atômico ou a totalidade ou parte de seres vivos. Cumpra os requisitos: Para que sua invenção seja patenteada, ela precisa atender a algumas condições, que são os requisitos de patenteabilidade: **Novidade** : A invenção precisa ser algo completamente novo e que nunca foi descrito antes, em lugar nenhum do mundo, seja por escrito ou oralmente. Inclusive, se você publicou algo sobre sua própria invenção há mais de um ano, ela já não é mais considerada nova.

: A invenção precisa ser algo completamente novo e que nunca foi descrito antes, em lugar nenhum do mundo, seja por escrito ou oralmente. Inclusive, se você publicou algo sobre sua própria invenção há mais de um ano, ela já não é mais considerada nova. **Atividade inventiva** : A invenção não pode ser óbvia. Ela precisa ir além de uma simples combinação de conhecimentos básicos ou especializados. Você também deve comprovar que a invenção é uma criação sua e não uma descoberta. Por exemplo, a eletricidade é uma descoberta, mas a lâmpada é uma invenção.

: A invenção não pode ser óbvia. Ela precisa ir além de uma simples combinação de conhecimentos básicos ou especializados. Você também deve comprovar que a invenção é uma criação sua e não uma

Continuação: Como patentear as suas inovações?

descoberta. Por exemplo, a eletricidade é uma descoberta, mas a lâmpada é uma invenção. Aplicação industrial: É necessário confirmar que sua invenção é útil e que pode ser produzida em larga escala para a indústria, agricultura, setor extrativo ou de prestação de serviços.

: É necessário confirmar que sua invenção é útil e que pode ser produzida em larga escala para a indústria, agricultura, setor extrativo ou de prestação de serviços. Suficiência descritiva: Você deverá descrever sua invenção de forma detalhada e clara. Isso inclui

uma descrição técnica, com informações e desenhos, para que o examinador possa entender rapidamente o conceito da invenção. É por isso que é muito importante ter o apoio de um especialista.

Você pode entender mais sobre esta proteção no blog da VILAGE!

Fonte: VILAGE Marcas e Patentes

# Priscila Lapa e Sandro Prado: 'Bioeconomia, política e poder: o que está em jogo para o Brasil na COP30'



COP30 mira financiamento para florestas, mecanismos de mercado por serviços ambientais e integração clima, biodiversidade e desenvolvimento econômico

Texto com análise detalhada e de caráter opinativo a respeito de produtos, serviços e produções artísticas, nas mais diversas áreas, como literatura, música, cinema e artes visuais.

Abordagem sobre determinado assunto, em que o tema é apresentado em formato de perguntas e respostas. Outra forma de publicar a entrevista é por meio de tópicos, com a resposta do entrevistado reproduzida entre aspas.

Reportagem de fôlego, que aborda, de forma aprofundada, vários aspectos e desdobramentos de um determinado assunto. Traz dados, estatísticas, contexto histórico, além de histórias de personagens que são afetados ou têm relação direta com o tema abordado.

É a matéria que traz subsídios, dados históricos e informações relevantes para ajudar a entender um fato ou notícia.

Conteúdo que faz a verificação da veracidade e da autenticidade de uma informação ou fato divulgado.

É a matéria institucional, que aborda assunto de interesse da empresa que patrocina a reportagem.

Texto analítico que traduz a posição oficial do veículo em relação aos fatos abordados.

É a interpretação da notícia, levando em consideração informações que vão além dos fatos narrados. Faz uso de dados, traz desdobramentos e projeções de cenário, assim como contextos passados.

Reportagem que traz à tona fatos ou episódios desconhecidos, com forte teor de denúncia. Exige técnicas e recursos específicos.

Texto predominantemente opinativo. Expressa a visão do autor, mas não necessariamente a opinião do jornal. Pode ser escrito por jornalistas ou especialistas de áreas diversas.

É o fato ou acontecimento de interesse jornalístico. Pode ser uma informação nova ou recente. Também diz respeito a uma novidade de uma situação já conhecida.

COP30 mira financiamento para florestas, mecanismos de mercado por serviços ambientais e integração clima, biodiversidade e desenvolvimento econômico

e escute a matéria

A COP30 em Belém não é apenas uma conferência climática, mas uma encruzilhada histórica para o Brasil e para a América Latina. Para compreender sua relevância, é preciso recordar como chegamos até aqui. A Rio-92 colocou o Brasil no centro da agenda ambiental global.

Naquele momento, consolidaram-se instrumentos como a Agenda 21, a Convenção sobre Mudança do Clima, a Convenção sobre **Diversidade** Biológica e a Declaração do Rio, que transformaram temas na-

Continuação: Priscila Lapa e Sandro Prado: 'Bioeconomia, política e poder: o que está em jogo para o Brasil na COP30'

cionais como o uso do solo, florestas, povos tradicionais e biodiversidade em pautas de governança internacional. A conferência deu ao Brasil protagonismo diplomático e a responsabilidade de articular desenvolvimento e conservação em uma economia inserida na nova ordem mundial.

Trinta e três anos depois, o país retorna a esse ponto de tensão entre crescer e conservar, agora diante de novas variáveis, marcadas pela urgência climática, pela transição do financiamento internacional e por uma geopolítica fragmentada.

A expectativa é de que a COP30 avance em compromissos concretos sobre financiamento para florestas tropicais, mecanismos de mercado e pagamentos por serviços ambientais, além de integração entre clima, biodiversidade e desenvolvimento econômico.

O evento, no entanto, chega com sinais ambíguos. Algumas delegações expressaram desconforto com custos logísticos e observadores apontam possíveis esvaziamento de presenças governamentais importantes.

O Brasil, com seu vasto território amazônico e capital natural singular, tem diante de si uma oportunidade rara. Ao sediar a COP30, o país pode apresentar propostas que combinem proteção ambiental e desenvolvimento inclusivo, com foco em mecanismos financeiros de conservação, investimentos em cadeias da bioeconomia e políticas públicas que valorizem povos e comunidades tradicionais. A proposta de criação de um fundo de blended finance voltado à mobilização de recursos para conservação das florestas tropicais é um exemplo dessa agenda.

Bem estruturado, o fundo pode canalizar capitais privados e públicos para ações de redução do desmatamento e promoção de atividades econômicas sustentáveis.

Politicamente, a COP30 ocorre em um momento de escrutínio internacional. A credibilidade do anfitrião dependerá de ações concretas de monitoramento do desmatamento, da efetividade das políticas de comando e controle e da capacidade de articulação com estados e municípios da Amazônia.

A eventual ausência de chefes de Estado ou ministros pode reduzir a pressão política por grandes acordos, mas também abrir espaço para soluções práticas e técnicas, menos dependentes de discursos. Para deixar um legado, o governo precisará transformar promessas em marcos regulatórios consistentes, instrumentos financeiros transparentes e políticas que alcancem a base produtiva regional.

A bioeconomia se consolida como eixo estratégico para o Brasil e para os países latino-americanos. Ao integrar conservação, ciência e mercado, oferece alternativas ao modelo agroexportador tradicional.

Envolve o desenvolvimento de produtos florestais, bioinsumos, cosméticos, fármacos, serviços ecossistêmicos e turismo de base comunitária. Investir em pesquisa aplicada, em cadeias de valor locais e em políticas de **propriedade** intelectual justa pode converter ativos naturais em renda sustentável, reduzindo a pressão sobre as florestas e promovendo inclusão social.

Para a América Latina, que concentra parte expressiva da biodiversidade global, a bioeconomia também é um instrumento de soberania, pois transforma conhecimento territorial em valor econômico negociável sob critérios de sustentabilidade.

Isso, porém, exige marcos institucionais sólidos, políticas científicas consistentes, financiamento à pesquisa e proteção dos saberes tradicionais. Sem esses elementos, a bioeconomia continuará sendo apenas uma promessa retórica, distante da realidade produtiva.

No campo econômico, a COP30 pode influenciar os



Continuação: Priscila Lapa e Sandro Prado: 'Bioeconomia, política e poder: o que está em jogo para o Brasil na COP30'

fluxos de investimento e redefinir a estratégia produtiva nacional. A criação de novos instrumentos de financiamento climático, as exigências de descarbonização e o acesso ao mercado verde trarão oportunidades e desafios.

As empresas brasileiras que adotarem logística mais limpa, cadeias rurais de baixa emissão e certificações para mercados voluntários de carbono estarão em melhor posição competitiva. As discussões em Belém precisam envolver os ministérios do Meio Ambiente, Agricultura, Ciência e Tecnologia e Economia, e não permanecer restritas a gabinetes técnicos.

Para que a COP30 gere resultados concretos, o Brasil deve priorizar mecanismos de financiamento atrelados a metas verificáveis de redução do desmatamento e inclusão territorial.

É fundamental colocar a bioeconomia no centro das negociações, com apoio à pesquisa aplicada, certificação de cadeias produtivas e proteção do conhecimento tradicional. Também é essencial desenhar instrumentos de transição justa que reduzam impactos setoriais e ampliem o acesso a mercados para pequenos produtores e comunidades locais.

Em novembro, Belém deixará de ser apenas a porta de entrada da Amazônia para se tornar o centro do debate climático global.

O país que um dia inspirou o mundo na Rio-92 tem agora a chance de transformar sua imensa biodiversidade em desenvolvimento sustentável, tecnológico e socialmente inclusivo. Isso só será possível com transparência, participação efetiva das populações amazônicas e respeito às salvaguardas ambientais e culturais.

A Amazônia não pode continuar sendo tratada como fronteira de exploração, mas como território de futuro. O Brasil tem a responsabilidade histórica de liderar essa transição, não apenas por sua diplomacia, mas pelo exemplo concreto de proteção aos povos tradicionais e à floresta que sustenta a própria vida no planeta.

\*Priscila Lapa, jornalista e doutora em Ciência Política; Sandro Prado, economista e doutorando do PPAD da Universidade da Amazônia.

Priscila LapaSandro Prado

## Índice remissivo de assuntos

**Propriedade** Intelectual  
3, 7

**Marco** regulatório | INPI  
5

**Propriedade** Industrial  
5

**Pirataria** | Biopirataria  
7